

A importância do chamado *soft power* no paradigma realista clássico

Hugo R. Suppo¹

O conceito de *soft power* atualmente domina praticamente todas as análises da política internacional, nas quais o fator cultural é evocado. Joseph S. Nye, preocupado em encontrar uma solução para o declínio relativo dos Estados Unidos, enunciado por Paul Kennedy (*The rise and fall of the great powers*, 1988), foi quem elaborou

esse novo conceito (*Soft Power: the means to success in world politics*, 2004).

Existem, segundo Nye, dois tipos de poder com seus respectivos recursos de ação, como mostra o quadro a seguir:

Espectro de comportamentos	<i>Hard Power</i>	<i>Soft Power</i>
	Coerção Convencimento Comando ◀-----●-----●-----▶	Composição da agenda Atração Cooptação -----●-----●-----▶
Recursos mais prováveis	Força Pagamentos Sanções Subornos	Instituições Valores Cultura Políticas

1. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A cultura, que faz parte do chamado soft power, é a base do poder dos estados na chamada “era da informação”:

	Comportamentos	Meios Fundamentais	Políticas Governamentais
Poder Militar	Coerção Restrições Proteção	Ameaças Forças	Diplomacia coercitiva Guerra Aliança
Poder Econômico	Indução Coerção	Pagamentos Sanções	Ajuda Suborno Sanções
<i>Soft Power</i>	Atração Proposição da agenda	Valores Cultura Políticas Instituições	Diplomacia pública Diplomacia bilateral e multilateral

A cultura norte-americana – universal, sincrética e capaz de estabelecer um conjunto de normas e instituições que possam exercer a governança global – é, nesse sentido, um poderoso instrumento. A globalização econômica e social não produz homogeneidade cultural, entretanto, a cultura, a ideologia e as instituições norte-americanas continuam a ser extraordinários meios de poder intangíveis, capazes de seduzir, persuadir e atrair. Segundo Nye:

“Não há como escapar à influência de Hollywood, da CNN e da internet. Os filmes e a televisão americanos exprimem a liberdade, o individualismo e a mudança (tanto quanto o sexo e a violência). Geralmente, o alcance global da cultura dos Estados Unidos contribui para aumentar nosso soft power [poder brando], ou seja, a atração ideológica e cultural que exercemos.” (Nye, 2002: 14).

Esses recursos de poder brando (atração cultural, ideologia e

instituições internacionais) não são novos, mas, no mundo atual, eles são os recursos de poder mais importantes.

A temática já tinha sido abordada, e não apenas de forma tangencial, pelo realismo clássico, sem usar, evidentemente, o conceito de *soft power*. A cultura é considerada por Nye como um instrumento de poder, em certo sentido como os realistas já o faziam, mas agora elevada a elemento principal.

O objetivo deste trabalho é, justamente, analisar como o chamado *soft power* era apresentado e integrado nos pressupostos da abordagem teórica realista clássica.

O realismo clássico e o “soft power”

Os estados, para os realistas, são os atores principais nas relações internacionais, são monolíticos e se comportam da mesma maneira - de

uma forma racional - para maximizar seu poder. Nesse sentido, a cultura não teria, em princípio, nenhuma influência determinante no seu comportamento. Entretanto, o fator cultural não é eliminado, ao contrário, ele é considerado uma fonte de poder que pode influenciar os meios, a forma e a intensidade pela qual esses estados procuram aumentar seu poder. A cultura pode, então, transformar-se em elemento que pode até ser a causa principal das guerras entre os estados, quando se transforma em ideologia messiânica.

Dessa forma, os três grandes autores clássicos da escola realista, Edward Hallet Carr, Hans J. Morgenthau e Raymond Aron consideram o fator cultural relevante nos seus paradigmas.

Para Morgenthau o papel da cultura tem três dimensões:

1) o “imperialismo cultural”: “o imperialismo militar procura a conquista militar, o imperialismo econômico, a exploração econômica de outras nações e o imperialismo cultural, a substituição de uma cultura por outra.” (Morgenthau, 1992: 83-84). Desses três métodos o imperialismo cultural é o mais “sutil”, o mais efetivo, porque persegue “o controle das mentes dos homens como ferramenta para a modificação das relações de poder entre as nações.” (Morgenthau, 1992: 84). Morgenthau prefere o termo cultura a ideologia porque ele engloba todo tipo de influência intelectual com o objetivo de preparar o terreno para a conquista militar ou a penetração econômica. Dois exemplos ilustram este fenômeno de “quinta coluna”, característica marcante dos sistemas totalitários:

- a grande influência da ideologia nacional-socialista na Áustria e na França, explicaria o fato do governo da primeira ter convidado, em 1938, o exército alemão a ocupar o país; e da segunda ter organizado um governo de colaboração em Vichy.

- a Internacional Comunista instrumentalizando todos os partidos comunistas do mundo em benefício dos interesses da União Soviética.

No entanto, alerta Morgenthau, “o emprego das simpatias culturais e das afinidades políticas como armas do imperialismo é quase tão antigo como o próprio imperialismo.” Nesse sentido, todas as potências utilizaram na história esse método: o Czar da

Rússia a religião ortodoxa, a França republicana sua “mission civilisatrice” etc.

2) o “modelo cultural” de cada nação determina um certo “caráter nacional”, elemento intangível constitutivo do poder nacional. O “caráter nacional” é, junto com a “moral nacional”, as qualidades da diplomacia e do governo, um dos componentes qualitativos da população de um estado. Morgenthau considera importante esse fator, apesar de sua intangibilidade e, segundo ele, desconsiderá-lo levou a graves erros políticos como, por exemplo, ter menosprezado a capacidade de recuperação alemã após a primeira guerra mundial ou ter subestimado o poder russo em 1941-1942.

3) “O problema da comunidade mundial é moral e político, e não intelectual e estético.” (Morgenthau, 1992: 596). A cultura não constitui um fator de paz no processo de constituição de uma hipotética comunidade mundial prelúdio à criação de um Estado mundial: “o fato que membros de diferentes nações compartilhem as mesmas experiências intelectuais e estéticas não cria uma sociedade, pois isso não origina ações morais e politicamente relevantes por parte dos membros de ditas nações com respeito a aqueles que não compartilhem ditas experiências.” (Morgenthau, 1992: 594). Nesse sentido, o papel da Unesco difundindo e fazendo progredir a cultura e a educação, não tem influência alguma em relação à compreensão internacional e à paz.

Para Edward Hallet Carr, o lugar da moral, entendida na política internacional como o “estoque internacional de ideias comuns” (Carr, 2001: 188), “é o problema mais obscuro e difícil de todo o campo dos estudos internacionais” (Carr, 2001: 189). A abordagem idealista erra, segundo ele, ao considerar essas ideias comuns pairando de certa forma acima dos interesses nacionais como sustentáculo de uma comunidade internacional porque as relações entre Estados são baseadas exclusivamente na desigualdade e governadas apenas pelo poder, não há valores morais acima dele: “Qualquer ordem moral internacional deve repousar sobre alguma hegemonia de poder” (Carr, 2001: 216). O poder político na esfera internacional é baseado, consequentemente, em três poderes interdependentes: o militar, o econômico e sobre a opinião, que é exercido, no mundo moderno, através da propaganda de certas ideias. Entretanto, alerta Carr, essas ideias só se tornam realmente politicamente eficazes quando um poder político nacional as encarna e as une ao poder econômico e militar. Foi isso que aconteceu com os ideais da Revolução Francesa durante o Império Napoleônico, com o livre comércio com a Grã-Bretanha, com o comunismo com o stalinismo, com o sionismo pelas grandes potências etc.

O regime soviético foi o primeiro a utilizar a propaganda (Internacional Comunista) como um instrumento normal das relações

internacionais, por causa de sua fraqueza militar e econômica. A propaganda tornou-se, assim, uma “arma política nacional”, utilizada no território do inimigo. O exemplo será rapidamente imitado. Por exemplo, a criação, em 1935, do *British Council* teve como objetivo “tornar a vida e o pensamento do povo britânico mais amplamente conhecidos no exterior”. O enorme poder desta nova arma política levou a várias tentativas de regulamentar seu uso entre as grandes potências. Por exemplo, uma série de acordos bilaterais para eliminação da propaganda hostil foram assinados: (Alemanha e Polônia, em 1934; Alemanha e Áustria, em 1936; Grã-Bretanha e Itália, em 1938). Durante a Segunda Guerra mundial, chegou-se mesmo a impor a censura direta da radiodifusão, cinema e imprensa.

O poder sobre a opinião é condicionado “pelo *status* e pelo interesse”, assim como pela superioridade econômica e militar, que permitem facilmente impor essas ideias a outros. Quer dizer então que o poder da propaganda é ilimitado?

2. “Quelle que soit la constance que l’on attribue aux Français, aux Allemands, aux Espagnols, aux Anglais en tant que peuples, un caractère psycho-culturel n’est jamais seul responsable de la conduite diplomatique-stratégique d’une unité politique.”

3. (...) “se manifeste par les échanges commerciaux, les migrations de personnes, les croyances communes, les organisations qui passent par-dessus les frontières, enfin les cérémonies ou compétitions ouvertes aux membres de toutes les unités.”

E. H. Carr responde que não, ele é limitado de duas maneiras:

- as ideias têm que conservar um mínimo de veracidade, algum grau de relacionamento com os fatos.

- a própria natureza humana tende a rejeitar “a doutrina de que a força faz direito”.

E. H. Carr conclui:

“Uma ordem internacional não pode se basear apenas no poder; pela simples razão de que a humanidade, a longo prazo, sempre se revoltará contra o poder puro. Qualquer ordem internacional pressupõe uma dose substancial de consentimento geral.” (Carr 2001, 301)

Raymond Aron se exprime em termos similares quando define os três objetivos perseguidos por todos os Estados na sua política externa: potência, glória e ideia. Toda *politique de puissance*, quando se exerce em tempo de paz, entre dois países amigos, limitada pela falta de meios econômicos e políticos de pressão, privilegia ou se limita apenas ao uso da persuasão. Nessa situação, segundo Aron, entram em jogo dois grandes atores: os diplomatas e os intelectuais, “os soldados dos tempos de paz”. Os primeiros procurando sempre “recrutar aliados ou a reduzir o número de seus inimigos” (Aron, 1984: 101) e os segundos construindo ligações profundas, estimulados pela defesa e busca da grandeza e glória da pátria.

Aron estabelece uma tipologia dos sistemas internacionais baseado em valores: homogêneo

(Estado do mesmo tipo e conceição política) e o heterogêneo (valores contraditórios).

Para Aron, o cultural tem ainda duas outras dimensões:

1) as singularidades do “caráter nacional” (a cultura) determinam a conduta diplomática ou estratégica de um Estado. Há um estilo particular de política estrangeira que está ligado, segundo as situações, ao cálculo racional, ou às tendências psicossociais do sistema cultural. Por exemplo, na Grã-Bretanha é a economia e no caso da França é a glória. Entretanto, alerta Aron: “Qualquer que seja a constância atribuída aos franceses, alemães, espanhóis e ingleses como povos, um caráter psicocultural jamais é o único responsável pela conduta diplomática-estratégica de uma unidade política.”² (Aron, 1984: 293). As “constâncias” estão mais ligadas a fatores geográficos, técnicos e políticos.

2) existe uma sociedade internacional (antecipando um dos temas centrais da abordagem transnacional dos anos 1970) que “se manifesta através dos intercâmbios comerciais, das migrações de pessoas, das crenças comuns, as organizações que passam por cima das fronteiras, enfim das cerimônias ou competições abertas aos membros de todas as unidades.”³ (Aron, 1984: 113)

Considerações finais

Em 1979 Kenneth N. Waltz elaborou uma resposta (*Theory of*

International Politics) às críticas que vinha sofrendo o realismo. Kenneth Waltz distingue, nesse texto que se tornaria o manifesto do chamado neorealismo, dois níveis de análise: o sistema internacional (o único que lhe interessa) e o comportamento dos atores (os estados). Em consequência, Waltz na sua proposta de “realismo sistémico” deixa de lado todas as variáveis (regime interno, ideologias, cultura, sistema económico etc) que explicam para o realismo clássico o comportamento e a personalidade dos estados, concentra unicamente suas análises na unidade do sistema e no papel das estruturas. O sistema, cuja dinâmica é baseada em uma única variável independente (a assimetria da configuração sistémica), e em uma única variável dependente (a grande probabilidade de uma guerra entre as grandes potências, sobretudo quando elas são numerosas), é uma totalidade abstrata que impõe aos atores restrições e lhes condiciona o comportamento. A estrutura do sistema internacional determina o comportamento das unidades que o compõem, funcionalmente indiferenciadas, na base de três princípios: ordenador (hierárquico ou anárquico), de diferenciação e de distribuição.

O chamado realismo estrutural, situado no aprofundamento das questões levantadas em *Theory of International Politics*, ignora também completamente a dimensão cultural, como fica evidente no livro *Theory of international Politics* publicado em 1993, por Barry Buzan, Charles Jones e Richard Little.

Dessa forma, apenas os três “pais fundadores” da teoria realista (Edward Hallet Carr, Hans J. Morgenthau e Raymond Aron) consideram importante o fator cultural e ele aparece sob as quatro dimensões evocadas anteriormente:

- a) instrumento essencial na luta pelo poder:
 - imperialismo cultural (a sedução)
 - política de prestígio
 - ideologia
- b) elemento do poder nacional
 - o carácter nacional (elemento imaterial, intangível)
 - a identidade cultural nacional

- c) uma espécie de “limitador” do poder nacional
 - a moral internacional
 - a opinião pública
 - o direito internacional

- d) uma “provável” causa das guerras: os “messianismos”

Concluindo, para o realismo clássico o chamado *soft power* é um recurso de poder que pode não só influenciar os meios, a forma e a intensidade pela qual esses estados procuraram aumentar seu poder, como também tornar-se um elemento que pode até chegar a ser o motivo principal da guerra entre os Estados, quando se transforma em ideologia messiânica.

Referências

Aron, Raymond (1984) *Paix et Guerre entre les nations*, Paris, Calmann-Lévy.

Carr, Edward Hallet (2001) *Vinte anos de crise: 1939-1945. Uma introdução ao Estudo das Relações Internacionais*, Brasília, Editora Universidade de Brasília.

Morgenthau, Hans J (1992) *Política entre las naciones. La lucha por el poder y la paz* (1948 1ª ed.), Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano.

Nye Jr., Joseph S (2002) *O paradoxo do poder americano. Por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*, São Paulo, Editora UNESP.

Nye Jr., Joseph S. *Soft Power* (2004) *The means to success in world politics*, New York, PublicAffairs.

Waltz, Kenneth N (2002) *Teoria das relações internacionais*, Lisboa, Gradiva.